



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXXIII - PALMAS, QUINTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2023.

Nº 3583



MESA DIRETORA

Presidente: Amélio Cayres (Republicanos)
1º Vice-Presidente: Ivory de Lira (PCdoB)
2º Vice-Presidente: Gutierrez Torquato (PDT)

1º Secretário: Vilmar de Oliveira (SD)
2ª Secretária: Profª Janad Valcari (PL)
3º Secretário: Marcus Marcelo (PL)
4º Secretário: Eduardo Fortes (PSD)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, S/N - Palmas-TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Reuniões às 14 horas, às terças-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Prof. Júnior Geo – PSC - **Vice-Pres.**
Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Nilton Franco - Republicanos – **Pres.**
Dep. Jorge Frederico – Republicanos
Dep. Claudia Lelis – PV

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Gutierrez Torquato - PDT
Dep. Moiseimar Marinho - PSB
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Vanda Monteiro - UB

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle

Reuniões às 14 horas, às quartas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Fabion Gomes – PL
Dep. Luciano Oliveira - PSD - **Vice-Pres.**
Dep. Olyntho Neto - Republicanos - **Pres.**
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Eduardo Mantoan – PSDB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Marcus Marcelo - PL
Dep. Prof. Júnior Geo – PSC
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso – Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins – Cidadania

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia

Reuniões às 9 horas, às quintas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luciano Oliveira – PSD – **Pres.**
Dep. Eduardo Fortes – PSD – **Vice-Pres.**
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Eduardo Mantoan – PSDB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Wiston Gomes - PSD
Dep. Fabion Gomes - PL
Dep. Olyntho Neto - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Ivory de Lira - PCdoB

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público

Reuniões às 8 horas, às quartas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Moiseimar Marinho – PSD – **Pres.**
Dep. Gutierrez Torquato – PDT
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos – **Vice-Pres.**
Dep. Jair Farias – UB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo Fortes - PSD
Dep. Marcus Marcelo - PL
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Olyntho Neto – Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins - Cidadania

Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Reuniões às 8 horas, às quintas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Marcus Marcelo – PL – **Pres.**
Dep. Prof. Júnior Geo - PSC - **Vice-Pres.**
Dep. Jorge Frederico – Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Vanda Monteiro – UB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Wiston Gomes - PSD
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins - Cidadania

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Reuniões às .

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Wiston Gomes – PSDB
Dep. Fabion Gomes – PL
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Jair Farias – UB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luciano Oliveira - PSD
Dep. Eduardo Fortes - PSD
Dep. Olyntho Neto - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Eduardo Mantoan - PSDB

Comissão de Saúde e Assistência Social

Reuniões às 13 horas, às quartas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Fabion Gomes – PL
Dep. Wiston Gomes – PSD
Dep. Olyntho Neto – Republicanos – **Vice-Pres.**
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos – **Pres.**
Dep. Eduardo Mantoan – PSDB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Marcus Marcelo - PL
Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso – Republicanos
Dep. Vanda Monteiro - UB

Comissão Permanente de Segurança Pública

Reuniões às 10 horas, às quintas-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Moiseimar Marinho – PSB
Dep. Prof. Júnior Geo - PSC
Dep. Olyntho Neto - Republicanos
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins – Cidadania

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Gutierrez Torquato - PDT
Dep. Wiston Gomes - PSD
Dep. Valdemar Júnior - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso – Republicanos
Dep. Claudia Lelis - PV

Comissão Permanente de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reuniões às 18 horas, às terças-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Gutierrez Torquato - PDT
Eduardo Fortes - PSD
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Léo Barbosa - Republicanos
Dep. Jair Farias – União Brasil

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Moiseimar Marinho - PSBDep.
Dep. Luciano Oliveira - PSD
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso – Republicanos
Dep. Eduardo Mantoan - PSDB

Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher

Reuniões às terças-feiras, às 18 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo Fortes – PSD
Dep. Wiston Gomes – PSD
Dep. Leo Barbosa - Republicanos
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Vanda Monteiro – UB

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Fabion Gomes - PL
Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Nilton Franco – Republicanos
Dep. Claudia Lelis - PV

Comissão de Minas e Energia, Meio Ambiente e Turismo

Reuniões às 8 horas, às terças-feiras.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Wiston Gomes – PSD
Dep. Luciano Oliveira - PSD
Dep. Jorge Frederico - Republicanos - **Vice-Pres.**
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Claudia Lelis – PV – **Pres.**

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Gutierrez Torquato - PDT
Dep. Eduardo Fortes - PSD
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Olyntho Neto – Republicanos
Dep. Vanda Monteiro - UB

Comissão Permanente de Assuntos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Reuniões às .

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Prof. Júnior Geo – PSC
Dep. Gutierrez Torquato -PDT
Dep. Cleiton Cardoso - Republicanos
Dep. Leo Barbosa – Republicanos
Dep. Eduardo do Dertins – Cidadania

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo Fortes - PSD
Dep. Wiston Gomes - PSD
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior – Republicanos
Dep. Ivory de Lira - PCdoB

Comissão Permanente de Defesa do Direito do Idoso

Reuniões às .

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Aldair Costa Gipão - PL
Dep. Wiston Gomes – PSD
Dep. Jorge Frederico - Republicanos
Dep. Valdemar Júnior - Republicanos
Dep. Claudia Lelis – PV

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luciano Oliveira - PSD
Dep. Moiseimar Marinho - PSB
Dep. Nilton Franco - Republicanos
Dep. Léo Barbosa – Republicanos
Dep. Ivory de Lira - PCdoB

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: **Diretoria de Área Legislativa**

Publicado pela **Coordenadoria de Publicações Oficiais da**

Diretoria de Documentação e Informação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

Atas das Sessões Plenárias

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária

14 de março de 2023

Às quinze horas do dia catorze do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocou Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Fortes, Fabion Gomes, Ivory de Lira, Jair Farias, Marcus Marcelo, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo e Valdemar Júnior. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária

15 de março de 2023

Às nove horas do dia quinze do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Marcus Marcelo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocanтинense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Jair Farias, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Mantoan, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Proposta de Emenda Constitucional número 1/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan e Outros que, “altera a Constituição do Estado do Tocantins e estabelece outras providências”; Projeto de Lei número 39/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “estabelece prioridade de atendimento nas Delegacias da Polícia Civil do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 40/2023, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Distribuidores e Atacadista do Estado do Tocantins - ADAT, no município de Palmas-TO”; Projeto de Lei número 41/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial, na merenda escolar,

adaptada para alunos que tenham intolerância, alergia ou restrições alimentares por motivos religiosos, em todas as escolas da rede pública estadual de ensino do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 42/2023, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “proíbe a celebração de contratos ou posse em cargo público de pessoas condenadas por crime de maus-tratos aos animais”; Projeto de Lei número 43/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a Política Estadual de atenção integral à pessoa com Síndrome de Ehlers-Danlos e Síndrome de Hiper mobilidade Articular”; Projeto de Lei número 44/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “dispõe sobre a adequação das salas “rosas”, dentro das Delegacias de Polícia Civil, para o atendimento das mulheres vítimas de Violência Doméstica”; Projeto de Lei número 45/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “dispõe sobre a capacitação de profissionais da área de beleza e estética, para que sejam agentes multiplicadores de informação no combate à violência doméstica e familiar”; Projeto de Lei número 46/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui campanha permanente em defesa dos direitos da mulher e contra as violências e discriminações de que são vítimas, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 47/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “determina que os agressores que cometeram o crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, na forma que menciona”; Projeto de Lei número 48/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher no Estado do Tocantins, denominado Observatório da Violência Contra a Mulher -TO”; Projeto de Lei número 49/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui no Calendário Oficial do Estado do Tocantins a Semana de Conscientização de Doação de Medula Óssea”; Projeto de Lei número 50/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a instituição do Programa de Coleta Contínua do resíduo eletrônico no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 51/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “cria a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar do Tocantins - Cooperar Tocantins”; Projeto de Lei número 52/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 53/2023, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “institui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, a Expedição Ecológica ‘Amigos do Rio Bananal’, no município de Goianorte”; Projeto de Lei número 54/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “obriga os responsáveis por estabelecimentos de atendimento veterinário a notificar a Polícia Civil caso haja constatação de maus tratos aos animais atendidos”; Projeto de Lei número 55/2023, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “institui no âmbito do Estado do Tocantins a Semana de Conscientização do Autismo e dá outras providências”; Projeto de Lei número 56/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e Profissional e dispõe sobre a preferência de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado do Tocantins”; Requerimento de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, informando que se ausentará das Sessões que ocorrerão no período entre os dias 20 a 31 de março do corrente ano, em razão de participação na comitiva que em-

preenderá viagem a Itália para participar do Grupo de Estudos - Visita Técnica de Estudos do Curso Superior de Polícia da Polícia Militar do Estado do Tocantins; Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, informando que se ausentará das Sessões que ocorrerão no período entre os dias 20 a 31 de março do corrente ano, em razão de participação na comitiva que empreenderá viagem a Itália para participar do Grupo de Estudos - Visita Técnica de Estudos do Curso Superior de Polícia da Polícia Militar do Estado do Tocantins; e Requerimento de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que requer ao Senhor Presidente desta Casa de Leis a retirada de tramitação do requerimento número 151/2023. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 66, 67 e 68/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 69, 70 e 71/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 72/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 73/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 74/2023, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 75/2023, de autoria do Senhor Deputado Moisesmar Marinho; 76/2023, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão; Projeto de Resolução que recebeu o número 3/2023, de autoria da Mesa Diretora; e os Requerimentos que receberam os números 323 a 347. Logo após, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das urgências das Matérias apresentadas para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu os Senhores Deputados inscritos para a Sessão subsequente. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 2/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Veta integralmente o Autógrafo de Lei número 187, de 14 de dezembro de 2011, que altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, originário do Projeto de Lei número 235/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, Projeto de Lei número 255/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres e Projeto de Lei número 599/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, a qual votada, secretamente, foi aprovada, com catorze votos não, perfazendo o total de catorze votantes, manteve o Veto integral e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 3/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei número 173, de 14 de dezembro de 2022, que institui a política de transição de acolhimento para auxiliar as crianças e adolescentes acolhidos em orfanidades, originário do Projeto de Lei número 338/2021, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, a qual votada, secretamente, foi aprovada, com treze votos não, perfazendo um total de treze votantes manteve o Veto parcial e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 5/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei número 190, de 14 de dezembro de 2022, que altera a denominação da Escola Estadual de Tempo Integral de Paraíso do Tocantins, originário do Projeto de Lei número 584/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, a qual votada, secretamente, foi aprovada com quinze votos não, perfazendo um total de quinze votantes, manteve o Veto integral e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 9/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que veta

parcialmente o Autógrafo de Lei número 246, de 22 de dezembro de 2022, que “estabelece diretrizes e objetivos para as ações relativas à regulamentação do Trabalho Remoto e dá outras providências”, originária do Projeto de Lei número 745/2022, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; a qual votada, secretamente, foi aprovada, com quinze votos não, perfazendo um total de quinze votantes, manteve o Veto integral e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 10/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que veta integralmente o Autógrafo de Lei número 244, de 22 de dezembro de 2022, que “dispõe que o consumidor tenha o direito de obter o serviço no imóvel que ocupe legalmente, independentemente da quitação da inadimplência do consumidor anterior perante a concessionária ou permissionária de serviços públicos de energia elétrica, água, esgotamento sanitário e gás encanado, originário do Projeto de Lei número 521/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; a qual votada, secretamente, foi aprovada, com dezesseis votos não, perfazendo um total de dezesseis votantes, manteve o Veto integral e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Mensagem Veto número 11/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que Veta integralmente o Autógrafo de Lei número 239, de 22 de dezembro de 2022, que “obriga as empresas prestadoras de serviços relacionados a máquinas de cartão, a disponibilizarem equipamentos adaptados para pessoas com deficiência visual no Estado do Tocantins”, originário do Projeto de Lei número 400/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, a qual votada, secretamente, foi aprovada com dezesseis votos não, perfazendo um total de dezesseis votantes, ficando mantido o Veto integral e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 26/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui a Medalha Guardiã Araguaia na Casa Militar, e adota outras providências”; 12/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Fábio Pereira Vaz”; 22/2023, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “denomina Professora Oneide da Cruz Mousinho a Escola Tempo Integral, localizada na Vila Cidinha em Araguaia-TO”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 2/2023, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução número 201, de 18 de dezembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 98, 99, 92, 93, 2, 3, 4, 5, 23, 105, 106, 107, 1, 90, 47, 108, 109, 102, 103, 104, 17, 74, 59, 60, 61, 62, 63, 110, 111, 112, 113, 114, 24, 37, 38, 39, 40, 56, 57, 83, 84, 85, 86, 44, 65, 139, 261, 262, 267, 218, 220, 291 e 320, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte e nove minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**Ata da Décima Nona Sessão Ordinária****15 de março de 2023**

Às quinze horas do dia quinze do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocou Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Fabion Gomes, Gutierres Torquato, Jair Farias, Léo Barbosa, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Professor Júnior Geo e Wiston Gomes. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário***10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA****Ata da Vigésima Sessão Ordinária****21 de março de 2023**

Às nove horas do dia vinte e um do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Fabion Gomes, Gutierres Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Jorge Frederico, Léo Barbosa e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 19/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Emenda Aditiva à Medida Provisória número 5, de 2 de março de 2023, que “cinda a Secretaria da Cultura e Turismo e altera a Lei número 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 57/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar por meio da educação alimentar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada de educação básica, no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 58/2023, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Coronel QO PM Márcio Antônio Barbosa de Mendonça”; Projeto de Lei número 59/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que

“garante às mulheres vítimas de violência doméstica, do tráfico de pessoas ou de exploração sexual, prioridade nos programas habitacionais implementados pelo Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 60/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Programa de Prevenção ao Abuso Sexual contra mulheres no transporte intermunicipal, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 61/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “estabelece o protocolo de segurança de prevenção, coibição e identificação de atos que atentem contra a intimidade, integridade e dignidade da mulher nos locais que especifica, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 62/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “dispõe sobre a reserva de vagas às mulheres nos cargos de direção, chefia ou coordenação da Administração Pública Estadual”; Projeto de Lei número 63/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “altera a Lei número 3.245, de 24 de julho de 2017”; Projeto de Lei número 64/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a criação de Programa de Prevenção da Saúde da Doença Endometriose, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 65/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a Política Estadual do Voluntariado Transformador e dá outras providências”; Projeto de Lei número 66/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Henrique Lázaro Lopes Cardoso”; Projeto de Lei número 67/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Armando Soares de Castro Formiga”; Projeto de Lei número 68/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “confere o Título de ‘Capital Matopiba’ à cidade de Porto Nacional, no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 69/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui o Código de Defesa dos Contribuintes, cria a Comissão Permanente de Defesa dos Contribuintes e dá outras providências”; Projeto de Lei número 70/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a Política Estadual de Conscientização e Orientação sobre Lúpus Eritematoso Sistêmico - LES”; Projeto de Lei número 71/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a Política Estadual de Incentivo às Agroindústrias e dá outras providências”; Projeto de Lei número 73/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “declara de Utilidade Pública Estadual a ATPM - Associação Tocantinense de Pilotos de Motocross”; Projeto de Lei número 74/2023, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo, que “institui, em caráter de urgência, o Programa Banco de Ração para Animais do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 75/2023, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho, que “dispõe sobre a isenção do pagamento de passagem aos policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, policiais penais e agentes socioeducativos, e dá outras providências”; Projeto de Resolução número 3/2023, de autoria da Mesa Diretora, que “altera o Anexo Único da Resolução número 331, de 28 de junho de 2017, que cria a Escola do Legislativo e dá outras providências”; Projeto de Lei número 76/2023, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão, que “dispõe sobre a possibilidade do pagamento de fiança via Pix, e dá outras providências”; Ofício número 713/2023, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 1/2023, que “altera o art. 82, da Lei Complementar número 10, de 11 de janeiro de 1996, que institui a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”;

Ofício número 19/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando a escolha do Senhor Deputado Eduardo do Dertins para desempenhar a função de Líder do Governo a partir do dia 16 de março do corrente ano; e Ofício oriundo da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - Ageto, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 77, 78 e 79/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 80 e 81/2023, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 82 e 84/2023, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias; 83/2023, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão; 85/2023, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis; 86/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 87/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco; e os Requerimentos que receberam os números 348 a 375. Logo após, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até dez minutos, reabrindo-a às doze horas e treze minutos. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e catorze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária
21 de março de 2023

Às quinze horas do dia vinte e um do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Marcus Marcelo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Jair Farias, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Mantoan, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira e as Senhoras Deputadas Cláudia Lelis e Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 79/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “autoriza o Governo do Estado do Tocantins a fornecer merenda escolar, cesta básica ou cartão alimentação durante o período de férias e recesso escolar aos alunos da rede pública estadual de ensino e dá outras providências”; Projeto de Lei número 77/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui a Política

Estadual de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência e dá outras providências”; Projeto de Lei número 78/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “cria o Plano Estadual da Educação Empreendedora”; e Ofício número 48/2023, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2023, que “altera a Lei Estadual número 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins e adota outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 376 a 391. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que receberam os números 55/2023, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 72/2023 e 39/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro Requerimentos que receberam os números: 252, 253, 254, 255, 256, 257, 371 e 372, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis; 236, 318, 335, 336, 337, 362, 363, 364, 365, 376, 377, 378 e 379, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 133, 249, 314 e 344, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 144, 168, 186, 227, 228, 229 e 230, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; 164, 237, 238, 239, 331, 332, 373, 374 e 375, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 131, 138 e 321, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias; 278, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 132, 169, 170, 171, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247 e 381, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 134, 166, 167, 248, 285, 338 e 366, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 232, 367 e 368, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho; 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 223, 224, 225, 226 e 235, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 283 e 284, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 162, 163, 324, 325 e 326, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 135, 136, 137, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 279, 280, 281, 282, 333, 334, 369, 370, 383, 386 e 387, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 215, 250, 251 e 342, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Moiseimar Marinho, Professor Júnior Geo e Marcus Marcelo. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum, em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e vinte e sete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária
22 de março de 2023

Às nove horas do dia vinte e dois do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número

legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Mantoan, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 80/2023, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “altera a Lei número 3.824, de 17 de setembro de 2021, que ‘institui o Passaporte Equestre’, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 81/2023, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “cria o Programa Estadual de Incentivo à Piscicultura e Agroindústria, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 82/2023, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui a criação do Programa Restaurante Comunitário e dá outras providências”; Projeto de Lei número 83/2023, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão, que “proíbe a inserção do nome do consumidor nos órgãos de proteção de crédito durante a pendência de impugnação administrativa ou judicial de dívida, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 84/2023, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui a isenção do pagamento do IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, para as Associações e Instituições de Caridade sem fins lucrativos, reconhecidas de Utilidade Pública Estadual e Municipal; Projeto de Lei número 85/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “concede atendimento prioritário à pessoa com anemia falciforme nos estabelecimentos que especifica, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 86/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “dispõe sobre a Política Pública a proteção da propriedade privada, e de sua função social, disciplinando impedimentos aplicados aos ocupantes e invasores de propriedades no âmbito do Estado do Tocantins”; e Projeto de Lei número 87/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “institui a Campanha de Conscientização sobre a Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 90/2023, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho; 91/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 392 a 408. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 392, 393, 394 e 395, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 26/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui a Medalha Guardiã Araguaia na Casa Militar, e adota outras providências”; 12/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Fábio Pereira Vaz”; 22/2023, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “denomina Professora Oneide da Cruz Mousinho a Escola Tempo Integral, localizada na Vila Cidinha em Araguatins-TO”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafa. Foi anunciado, em segunda fase de discus-

são e votação, o Projeto de Resolução número 2/2023, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução número 201, de 18 de dezembro de 1997, que ‘institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, o qual votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Resolução número 367, de 22 de março de 2023. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números; 252, 253, 254, 255, 256, 257, 371, 372, 236, 318, 335, 336, 337, 362, 363, 364, 365, 376, 377, 378, 379, 133, 249, 314, 344, 144, 168, 186, 227, 228, 229, 230, 164, 165, 237, 238, 239, 331, 332, 373, 374, 375, 131, 138, 321, 278, 132, 169, 170, 171, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 381, 134, 166, 167, 248, 285, 338, 366, 232, 367, 368, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 223, 224, 225, 226, 235, 283, 284, 283, 162, 163, 324, 325, 326, 135, 136, 137, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 279, 280, 281, 282, 333, 334, 369, 370, 383, 386, 387, 215, 250, 251, 342, 68, 115, 116, 117, 130, 118, 87, 88, 120, 127, 128, 78, 79, 80, 81, 82, 69, 70, 71, 72, 73, 96, 97, 121, 122, 123, 124, 125, 66, 89, 95, 119, 328, 329, 330, 100, 101 e 129, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, usou a tribuna o Senhor Deputado Eduardo Fortes. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e onze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária
22 de março de 2023

Às quinze horas do dia vinte e dois do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Mantoan, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 89/2023, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “institui o ‘Dia Estadual da Vaquejada’ no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 90/2023, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho, que “institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado do Tocantins e dá outras providências”; e Projeto de Lei número 91/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Projeto

Anjos de Resgate no município de Porto Nacional/TO”. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Gutierrez Torquato. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 92 e 93/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 94 a 117/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; e os Requerimentos que receberam os números 410 a 439. Em seguida, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que receberam os números 92 e 93/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e os Requerimentos que receberam os números: 405, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 410, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422 e 423, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes; 412 e 413, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; e 436, 437 e 438, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Logo após, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento que recebeu o número 409, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, Líder do Governo, que tendo em vista o disposto nos arts. 72, 118 XIII, 133 e 137 do Regimento Interno, requer a dispensa de todos os interstícios e formalidades regimentais, para inclusão na Ordem do Dia desta Sessão das Medidas Provisórias números 31/2022, 32/2022, 33/2022 e 1/2023, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. No momento da votação da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Marcus Marcelo apesar de sua presença estar registrada no painel eletrônico o mesmo encontrava-se ausente durante a deliberação. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 31/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 1º-A da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz base de cálculo, e concede crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.139, de 22 de março de 2023, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação a Medida Provisória número 32/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 71 da Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.140, de 22 de março de 2023, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 33/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 27 da Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins”, a qual votada, foi aprovada, com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.141, de 22 de março de 2023, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação a Medida Provisória número 1/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.142, de 22 de março de 2023 e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 327, 393, 394, 395, 355, 357, 358, 180, 181, 177, 178, 408, 140, 173, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199,

200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 174, 175, 176, 141, 142, 143, 184, 185, 212, 213, 214, 216 e 217, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado à Discussões Parlamentares o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária
28 de março de 2023

Às quinze horas do dia vinte e oito do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira e das Senhoras Deputadas Cláudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Olyntho Neto, Valdemar Júnior e Wiston Gomes. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 20/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado encaminhando o Projeto de Lei número 3, de 21 de março de 2023, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Mensagem número 21/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 4, de 22 de março de 2023, que “altera a Lei número 3.014, de 30 de setembro de 2015, que dispõe sobre o parcelamento de créditos da Fazenda Pública, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 94/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui a Semana Estadual de Conscientização e Prevenção de Acidentes ao Ciclista”; Projeto de Lei número 95/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “autoriza o Poder Executivo a oferecer treinamentos aos profissionais da Educação para a identificação de sinais de abuso contra crianças e adolescentes”; Projeto de Lei número 96/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Programa ‘TO Conectado’, define suas finalidades e diretrizes, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 97/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “estabelece direito às mulheres que sofram perda gestacional e neonatal em estabelecimentos de saúde do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 98/2023,

de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o programa de apoio às vítimas de abuso sexual ou de discriminação no esporte no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 99/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre a profissionalização e reinserção no mercado de trabalho de pais ou responsáveis por pessoas com deficiência, em caso de falecimento destas, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 100/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o uso do ‘Cordão de Girassol’, como instrumento auxiliar de orientação para identificação de pessoas com ‘deficiências ocultas’, no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 101/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “reconhece como de interesse público as atividades desempenhadas pelas empresas juniores em funcionamento perante instituições de ensino superior no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 102/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui a Campanha ‘Check-up Feminino’ para orientação e prevenção de doenças no Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 103/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “estabelece medidas preventivas voltadas a proteção dos direitos da criança e do adolescente, em festas populares, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 104/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Programa de Reeducação de Agressor de Violência Doméstica e Familiar - ‘Viva Mulher’, estabelece diretrizes para a criação dos Serviços de Reeducação do Agressor, e dá outras providências correlatas”; Projeto de Lei número 105/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre a criação de programa de atendimento psicológico a vítimas e familiares em ciclos de violência doméstica”; Projeto de Lei número 106/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “determina a substituição dos sinais sonoros nos estabelecimentos de ensino públicos no Estado do Tocantins para não gerar incômodos sensoriais aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”; Projeto de Lei número 107/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre a implantação de Cozinhas Coletivas Comunitárias no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 108/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “fica autorizada a identificação, por meio de um selo próprio, de todos o produtos, mercadorias ou serviços que tenham recebido apoio financeiro ou qualquer tipo de patrocínio ou incentivo fiscal do Governo do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 109/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “fica instituída a Política Estadual de Atenção às Emergências Climáticas e o Combate ao Racismo Ambiental”; Projeto de Lei número 110/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o programa estadual de acompanhamento pré-natal e pós-parto no caso de gestante no Transtorno do Espectro Autista - TEA no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 111/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Dia Estadual da Educação Profissional e Tecnológica, a ser celebrado, anualmente, no Estado do Tocantins, no dia 23 de setembro”; Projeto de Lei número 112/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre a criação de Política Estadual de Incentivo à Prática de Esportes para a Pessoa Idosa”;

Projeto de Lei número 113/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Programa Criança e Adolescente Protegidos”; Projeto de Lei número 114/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre a validade dos exames negativos para Anemia Infecciosa Equina (A. I. E.) e Mormo, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 115/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de geração de renda e ressocialização a menores e jovens infratores em situação de risco e vulnerabilidade social e adota outras providências”; Projeto de Lei número 116/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “autoriza o Poder Executivo a oferecer curso básico de inglês gratuitamente para profissionais envolvidos com turismo”; Projeto de Lei número 117/2023, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “altera o nome da Escola Estadual Ministro Ney Braga para Escola Estadual Prefeito Raimundo Ferreira”; e Ofício de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, solicitando a retirada de tramitação e cancelamento do Requerimento número 356/2023, o qual foi deferido. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 118/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 119 e 120/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 121/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 133/2023, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; 134 e 135/2023, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira; Projeto de Resolução que recebeu o número 4/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 440 a 464. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Resolução que recebeu o número 4/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; dos Projetos de Lei que receberam os números 119 e 120/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e dos Requerimentos que receberam os números: 459, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis; 440 e 441, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 460, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira; e 443, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 412, 413, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 405, 410, 436, 437, 438, 269, 270, 275, 276, 221, 222, 315, 316, 317, 272, 273, 231, 233, 234, 258, 286, 287, 288, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 259, 260, 277, 322, 307, 308, 313, 439, 263, 264, 265, 266, 309, 310, 311, 312, 319, 219, 274, 289, 290, 292, 294, 271 e 293, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até dez minutos para Reunião na Sala Vip, reabrindo-a às onze horas e cinquenta e seis minutos. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e cinquenta e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária****28 de março de 2023**

Às quinze horas do dia vinte e oito do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Aldair Costa Gipão, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jair Farias, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Nilton Franco, Professor Júnior Geo e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Olyntho Neto, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e Wiston Gomes. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício número 2.572/2023, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 2/2023, que “altera o art. 82, da Lei Complementar número 10, de 11 de janeiro de 1996, que institui a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”; Ofício número 2.276/2023, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 1/2023, que “altera a Lei Complementar número 112, de 20 de abril de 2018, que dispõe sobre a organização dos serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público do Estado do Tocantins, e revoga as alíneas “e” e “f” do inciso V do artigo 11 da Lei Complementar número 132, de 7 de outubro de 2021”; e Ofício número 2.332/2023, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2023, que “autoriza o Poder Judiciário a doar área de terreno urbano e respectivas acessões ao Município de Tocantinópolis-TO”. Logo após, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião Extraordinária das Comissões, reabrindo-a a dezessete horas e onze minutos. Não havendo Matérias à apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e doze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário***10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA****Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária****29 de março de 2023**

Às nove horas do dia vinte e nove do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Olyntho Neto, Valdemar Júnior e Wiston Gomes. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 121/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “institui política pública de proteção e integração social às pessoas com transtorno do espectro autista, ou outras com condições de neurodiversidade que acarretem hipersensibilidade sensorial em geral, dispondo da obrigatoriedade de realização de sessão de cinema adaptada”; Projeto de Lei número 122/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “autoriza o Poder Executivo a celebrar parcerias com as empresas juniores do Estado do Tocantins para prestar atividades de consultoria e assessoria a empresários e empreendedores”; Projeto de Lei número 123/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “autoriza a criação das Repúblicas Inclusivas Assistidas para pessoas com deficiência intelectual, sem vínculo familiar, nem representante legal, que tenham completado a maioria civil e possuam autonomia de autocuidado, sem comprovação de posse ou propriedade em todo território tocantinense”; Projeto de Lei número 124/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre o treinamento dos colaboradores das empresas que operam na rede de transporte público estadual para assegurar o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”; Projeto de Lei número 125/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “inclui no calendário oficial de eventos do Estado do Tocantins, a semana de prevenção de acidentes de trabalho no meio rural, a ser celebrado na primeira semana do mês de maio”; Requerimento número 444/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “requer o desarquivamento do Projeto de Lei da Casa número 579/2021, que dispõe sobre a alteração do nome do Hospital Geral de Gurupi (HGG) para Hospital João Neves de Paula Teixeira, nos termos do Parágrafo Único do artigo 107, do Regimento Interno desta Casa de Leis”; e Requerimento número 445/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “requer o desarquivamento do Projeto de Lei da Casa número 663/2022, que institui a meia entrada para professores da

rede pública estadual de ensino em estabelecimentos de cultura, esporte, lazer e entretenimento, nos termos do Parágrafo Único do artigo número 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Na Apresentação de Matérias foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 136/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 137/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 138, 139 140/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 141/2023, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho; e os Requerimentos que receberam os números 465 a 497. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 136/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e dos Requerimentos que receberam os números 472, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 481, 482 e 483, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 497, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho; e 499, 493, 494, 495 e 496, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 30/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “prorroga o período de que trata o art. 9º da Lei número 3.718, de 12 de novembro de 2020, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de delegado de polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia, papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.143, de 29 de março de 2023 e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 4/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.014, de 30 de setembro de 2015, que dispõe sobre o parcelamento de créditos da Fazenda Pública, e adota outras providências”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 459, 460, 443, 440, 441, 347, 353, 389, 390, 339, 354, 361, 343, 345, 382, 414, 348, 187, 404, 407, 346, 391, 403, 461, 359, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 351, 352, 388, 402, 411, 340, 360, 341, 349, 350, 434 e 435, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em deliberação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 498, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, Líder do Governo, que requer dispensa de interstícios e formalidades regimentais, para convocação de Sessão Extraordinária, tendo em vista o disposto nos arts. 72, 118, XIII, 133 e 137 do Regimento Interno, nos termos do art. 80, §1º, para discussão e votação do Projeto de Lei número 4/2023, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária****29 de março de 2023**

Às quinze horas do dia vinte e nove do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pela Senhora Deputada Vanda Monteiro que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocou Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Eduardo Mantoan, Marcus Marcelo, Professor Júnior Geo. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária****11 de abril de 2023**

Às nove horas do dia onze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Cláudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estava ausente o Senhor Deputado Jair Farias. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 23/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 5, de 31 de março de 2023, que “dispõe sobre a instituição de unidades regionais para a prestação regionalizada de saneamento básico no Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 126/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Dia Estadual da Jovem Advocacia”; Projeto de Lei número 127/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Prevenção ao Alcoolismo entre Mulheres e dá outras providências”; Projeto de Lei número 128/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “inclui a Semana Educar pela Igualdade Racial nas Escolas do Estado do Tocantins, a ser realizada anualmente no mês de março”; Projeto de Lei número 129/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe de programa de formação dos servidores públicos em todos os diferentes órgãos públicos do Estado nos tratos das pessoas com deficiência”; Projeto de Lei número 130/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “isenta o cidadão de pagamento para a emis-

são de documentos de natureza pessoal e pagamento de taxas e emolumentos em cartórios, quando acometido por motivo de catástrofe natural”; Projeto de Lei número 131/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “assegura ao acompanhante da pessoa com autismo, o direito da gratuidade no transporte público metropolitano e intermunicipal, bem como determina a inserção do símbolo da ‘fita quebra-cabeça’, nas placas de reservas de assentos gratuitos dos veículos de transporte de passageiros”; Projeto de Lei número 132/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre o Programa de Proteção e Educação para Crianças Diabéticas”; Projeto de Lei número 134/2023, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “torna obrigatório o uso de coletes e capacetes nas atividades de rodeio, especialmente nas que envolvam apresentações ou disputas por meio de montaria de touros, cavalos e afins”; Projeto de Lei número 137/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Programa de Valorização de Protetores e Cuidadores de Animais soltos e/ou abandonados e dá outras providências”; Projeto de Lei número 138/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos Postos Estaduais de Distribuição de Medicamentos realizarem cadastro de celular de pacientes para previamente informar aos usuários acerca da disponibilidade de medicamento para sua retirada”; Projeto de Lei número 139/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “dispõe sobre a comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 140/2023, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “institui a política de detecção da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o Pré-Autismo”; Projeto de Lei número 141/2023, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho, que “autoriza a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos estaduais que sejam pais ou responsáveis por crianças portadoras de Transtornos do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e Ofício número 150/2023, oriundo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 1/2023, que “dispõe sobre a alteração de artigos da Lei Complementar número 55, de 27 de maio de 2009, e adota outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 142 e 143/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 144/2023, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 145, 146 e 147/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins; 148, 149, 150, 151, 152, 153 e 154/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 155/2023, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão; 156/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 157/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 158 e 159/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 160 e 161/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 162/2023, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; e os Requerimentos que receberam os números 500 a 549. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 142/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; e dos Requerimentos que receberam os números 503, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, 504, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; 514, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, 500, 501 e 502, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 505, de autoria do Senhor Deputado Marcus Marcelo; 512 e 513, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho; 481, 482, 483, 499 e 515, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior

Geo, 509, 510 e 511, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 493, 494, 495, 496, 506, 507, 508, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Amélio Cayres, Professor Júnior Geo, Fabion Gomes e Moiseimar Marinho. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Vilmar de Oliveira e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Valdemar Júnior. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente por falta de quórum, em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária
11 de abril de 2023

Às quinze horas do dia onze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigesima Sessão Ordinária
12 de abril de 2023

Às nove horas do dia doze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Marcus Marcelo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e da Senhora Deputada Claudia Lelis. Estavam ausentes os Senhores Deputados Gutierrez Torquato, Léo Barbosa, Nilton Franco, Valdemar Júnior e as Senhoras Deputadas Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I,

alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, a quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 135/2023, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Ministério Ebenézer, organização da sociedade civil de direito privado de caráter beneficente e de assistência social com sede na Fazenda Água Limpa, no Município de Miracema-TO, criada em 16 de novembro de 2012”; C.I. número 34/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, informando que irá se ausentar das Sessões Plenárias no período de 13 a 25 de abril do corrente ano, em razão de participação do Salão Internacional do Móvel de Milão (Isaloni) 2023, na Itália, conforme Carta Direx número 35/2023, - do Gabinete do Diretor Superintendente do Sebrae/TO; Ofício oriundo da Secretaria da Cidadania e Justiça, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; Ofício oriundo da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; e Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, comunicando a liberação de recursos financeiros do termo de colaboração destinado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colinas do Tocantins. Na Apresentação de Matérias, foram entregues a Proposta de Emenda Constitucional que recebeu o número 2/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; Projeto de Lei que recebeu o número 163/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e os Requerimentos que receberam os números 550 a 562. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, transferiu a deliberação das urgências das matérias apresentadas para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 3/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 5/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “altera a Lei número 4.097, de 2 de janeiro de 2023”; e 1/2023, de autoria do Ministério Público do Estado, que “altera a Lei número 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 503, 504, 514, 500, 501, 502, 472, 505, 497, 512, 513, 481, 482, 483, 499, 515, 509, 510, 511, 493, 494, 495, 496, 506, 507, 508, 442, 457, 458, 463, 464, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455 e 456, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento que recebeu o número 563, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, Líder do Governo, que requer dispensa de interstícios e formalidades regimentais para convocação de Sessão Extraordinária, nos termos do art. 80, §1º, para discussão e votação do Projeto de Lei número 3/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado; Projeto de Lei número 1/2023, de autoria do Ministério Público do Estado; e Projeto de Lei número 5/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária****12 de abril de 2023**

Às quinze horas do dia doze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Professor Júnior Geo que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Olyntho Neto e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**Ata da Trigésima Segunda Sessão Ordinária****18 de abril de 2023**

Às nove horas do dia dezoito do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Ivory de Lira, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moiseimar Marinho, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Jair Farias, Jorge Frederico, Olyntho Neto e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Ivory de Lira. Logo após, foram lidos e despachados os Expedientes: Proposta de Emenda Constitucional número 2/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e Outros, que “altera a Constituição do Estado do Tocantins e estabelece outras providências”; Projeto de Resolução número 5/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “dispõe sobre a sessão solene para comemorar a data de criação da Universidade de Gurupi - Unirg”; Projeto de Resolução número 6/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “dispõe sobre a sessão solene para comemorar a data de criação da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins”; Projeto de Lei número 133/2023, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Tocantinense Interestilos de Tackwond - Atitkd”; Projeto de Lei número 143/2023, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “dispõe sobre a alteração da Lei número 2.669, de 19 de dezembro de 2012, que trata da função de fiscalização de trânsito e dá

outras providências”; Projeto de Lei número 144/2023, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a prática de Equoterapia como opção de Saúde Terapêutica, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 145/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “dispõe sobre a alteração do nome do Hospital de Referência Dr. Jaimim no município de Dianópolis-TO, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 146/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Social Pássaro Veloz - ISPAV no município de Xambioá”; Projeto de Lei número 147/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Sampaio-TO, Apatrsp”; Projeto de Lei número 148/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “estabelece obrigatoriedade aos bancos e instituições financeiras afins de manterem em seus estabelecimentos, cópia digital ou impressa do Estatuto do Idoso”; Projeto de Lei número 149/2023, de autoria da Senhora Deputada Janad Valcari, que “disciplina o estágio dos cursos de graduação em Direito, Psicologia e Serviço Social, nas delegacias da Polícia Civil do Tocantins”; Projeto de Lei número 150/2023, de autoria da Senhora Deputada Janad Valcari, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de abordagem de crianças ou adolescentes em situação de rua, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 151/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “estabelece o programa estadual de castração e chipagem de animais domésticos no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 152/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Banco de Remédios Doados no Estado do Tocantins e adota outras providências”; Projeto de Lei número 153/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui a campanha permanente ‘Cuidado, seu lixo pode ferir alguém’”; Projeto de Lei número 154/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 155/2023, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão, que “dispõe sobre a implantação de portas giratórias com detectores de metais nas escolas estaduais do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 156/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “estabelece prioridade no atendimento em estabelecimentos públicos e privados às pessoas com transtorno do espectro autista - TEA”; Projeto de Lei número 157/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Amigos do HGP, município de Palmas-TO”; Projeto de Lei número 158/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “estabelece o Plano Estadual do Desporto”; Projeto de Lei número 159/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui o Programa Estadual de Bioinsumos no Tocantins”; Projeto de Lei número 160/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de centrais de atendimento telefônico “call centers”, serviços de atendimento ao cliente “SAC” e congêneres a disponibilizarem método de atendimento de chamada de vídeo para pessoas surdas, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 161/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Artes Marciais Pereira Team, com atividades em Colinas-TO”; Projeto de Lei número 162/2023, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “autoriza a ins-

tituição de gratuidade na obtenção da segunda via da carteira de identidade para idosos, pessoas com deficiência e indígenas, no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 163/2023, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a instalação de detectores de metais, muros e cercas elétricas nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 164,2023, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão, que “dispõe sobre a liberdade religiosa, e dá outras providências”; Requerimento número 546/2023, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar número 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências”; e do Projeto de Lei da Casa número 576/2021, que “dispõe sobre a possibilidade de os órgãos de segurança pública alienarem, por venda direta a seus integrantes, as armas de fogo de porte pessoal por eles utilizadas quando em serviço ativo, por ocasião de suas aposentadorias ou transferências para a inatividade, no âmbito do Estado do Tocantins”, nos termos do Parágrafo Único do artigo número 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis; e Ofício de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, requerendo, nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis, licença para tratamento de saúde pelo prazo de quatro meses, a contar do dia 1º de maio de 2023, de acordo com o Laudo Médico em anexo. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 165/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 166/2023, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira; 167/2023, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes; 168 e 169/2023, de autoria do Senhor Deputado Moiseimar Marinho; 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 180 e 181/2023, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira; 182/2023, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; e os Requerimentos que receberam os números 566 a 601. Logo após, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das urgências das matérias apresentadas para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Professor Júnior Geo e Gutierrez Torquato. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária
18 de abril de 2023

Às quinze horas do dia dezoito do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente de-

clarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Moisesmar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Gutierres Torquato, Jair Farias, Marcus Marcelo e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, em Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Ivory de Lira. Logo após, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício oriundo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, informando que realizará entre os dias 17 a 20 de abril do corrente ano, Correição Ordinária no Núcleo Regional de Guaraí, Colinas do Tocantins, Colméia, Itacajá e Pedro Afonso; Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, encaminhando o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - (Rdqa) referente ao 3º Quadrimestre de 2022; e Ofício oriundo da Secretaria Executiva da Governadoria, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 183, 184, 185, 186, 187, 188 e 189, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari; 190/2023, de autoria do Senhor Deputado Aldair Costa Gipão; 191 e 192/2023, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira; 193/2023, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 602 a 614. Logo após, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das urgências das matérias apresentadas para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e trinta minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária
19 de abril de 2023

Às nove horas do dia dezoito do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocou Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gutierres Torquato, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Wiston Gomes e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Quinta Sessão Ordinária
19 de abril de 2023

Às quinze horas do dia dezoito do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocou Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gutierres Torquato, Ivory de Lira, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Sexta Sessão Ordinária
25 de abril de 2023

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Ivory de Lira que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocou Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Gutierres Torquato, Jair Farias, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e as Senhoras Deputadas Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Quarta Sessão Extraordinária
12 de abril de 2023

Às onze horas e dezessete minutos do dia quinze do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Marcus Marcelo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Gutierres Torquato, Léo Barbosa, Nilton Franco, Valdemar Júnior, Wiston Gomes e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis, Professora Janad Valcari e Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico,

o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Requerimentos que receberam os números 564 e 565. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 3/2023, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; o qual, votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números 5/2023, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “altera a Lei número 4.097, de 2 de janeiro de 2023”; e 1/2023, de autoria do Ministério Público do Estado, que “altera a Lei número 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e trinta e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Quinta Sessão Extraordinária

26 de abril de 2023

Às dezenove horas e cinco minutos do dia vinte e seis do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelo Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e pela Senhora Deputada Professora Janad Valcari, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Fortes, Eduardo Mantoan, Gutierre Torquato, Jair Farias, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisesmar Marinho, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e das Senhoras Deputadas Cláudia Lelis e Professora Janad Valcari. Estavam ausentes os Senhores Deputados Aldair Costa Gipão, Cleiton Cardoso, Fabion Gomes, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Wiston Gomes e a Senhora

Deputada Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo Expedientes a serem lidos, Matérias a Apresentar nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 204/2023, originário da Medida Provisória número 02/2023, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “altera a Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”; o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números 2/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a federação de Beach Soccer do Estado do Tocantins-FBST entidade privada sem fins lucrativos”; 20/2023, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Educacional, Social e Cultural São Bento”; 34/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Esporte Clube Castelo (E.C.C)”;

195/2023, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera a Lei nº 3.838, de 21 de dezembro de 2021, que Dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa e adota outras providências”; 196/2023, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores Efetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 02/2023, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei nº 3.472, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências, para conceder revisão geral anual, referente ao período de 1º de maio de 2022 a 1º de maio de 2023, com efeitos a partir de 1º de maio de 2023”; 03/2023, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei nº 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins e adota outras providências, para conceder a revisão geral anual da remuneração dos cargos em comissão e das funções de confiança, referente ao período de 1º de maio de 2022 a 30 de abril de 2023, com efeitos a partir de 1º de maio de 2023”; 02/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores do Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 01/2023, de autoria do Tribunal de Contas

do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos, ativos, inativos e pensionistas, da função de confiança e dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 02/2023, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, o qual, votado nominalmente, foi aprovado com quinze votos sim, perfazendo um total de quinze votantes e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 08/2023, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a atribuição dos cargos de provimento em comissão da estrutura da Mesa Diretora, Lideranças, Comissões Permanentes e Gabinetes de Deputados e dá outras providências”, o qual, votado, foi aprovado. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Resolução número 368, de 26 de abril de 2023. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 09/2023, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, que “dispõe sobre a organização administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e dá outras providências”, o qual, votado, foi aprovado. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Resolução número 369, de 26 de abril de 2023. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e vinte e um minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário**Presidente**2º Secretário*

Atas das Comissões

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO,
DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES,
DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO
10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**

Ata da Nona Reunião Extraordinária

30 de maio de 2023

Às dezesseis horas e quarenta e oito minutos do dia trinta do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta capital, com a presença dos Se-

nhores Deputados Eduardo do Dertins, Moiseimar Marinho, Jair Farias, Marcus Marcelo e Nilton Franco. Estavam ausentes, os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Gutierres Torquato e Valdemar Júnior. O Senhor Presidente, Deputado Moiseimar Marinho, secretariado pelo o Senhor Deputado Marcus Marcelo, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das atas anteriores, que foram lidas e aprovadas. Não havendo expedientes a serem lidos, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Moiseimar Marinho avocou a Medida Provisória 10/2023, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. O Deputado Jair Farias foi nomeado relator da Medida Provisória 11/2023, que “altera o Anexo III da Lei nº 3.421, de 8 de março de 2023, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”. Em seguida passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Eduardo do Dertins devolveu o Projeto de Lei 741/2022, de autoria do Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre o direito das mães amamentarem seus filhos de até 06 (seis) meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta no Estado do Tocantins”. O Deputado Gutierres Torquato devolveu, através do Deputado Marcus Marcelo, os Projetos de Leis 32/2023, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “autoriza a transferência simbólica da Capital do Estado do Tocantins para a cidade de Araguaína, na forma que especifica”; e o Projeto de Lei 72/2023, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “autoriza transferência de recursos públicos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições correntes e de capital, por meio de emendas parlamentares, à entidade privada sem fins lucrativos Federação Cultural em Defesa Contra a Fome do Estado Do Tocantins”. O Deputado Nilton Franco devolveu o Projeto de Lei 156/2023, de autoria do Deputado Gutierres Torquato, que “estabelece prioridade no atendimento em estabelecimentos públicos e privados às pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA”; e a Medida Provisória 6/2023, que “altera o art. 36 da Lei nº 2.575, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins - PM/TO, e adota outra providência”. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os Pareceres das seguintes Matérias. O Projeto de Lei 741/2022 teve seu parecer aprovado e encaminhado à Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher. O Projeto de Lei 32/2023 teve seu parecer aprovado e encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto. O Projeto de Lei 72/2023 teve seu parecer aprovado e encaminhado ao Plenário. O Projeto de Lei 156/2023 teve seu parecer aprovado e encaminhado ao Arquivo. A Medida Provisória 6/2023 teve vista concedida ao Deputado Jair Farias. Em seguida, não havendo mais nada à tratar, às dezessete horas e três minutos, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e convocou Reunião Extraordinária para dentro de até dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.195/2023

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Airton Souza Rocha do cargo em comissão de Coordenador de Engenharia da Diretoria de Área de Radiodifusão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a partir de 30 de junho de 2023.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de junho de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.196/2023

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Yago Aniszewski e Silva para o cargo em comissão de Coordenador de Engenharia da Diretoria de Área de Radiodifusão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a partir de 30 de junho de 2023.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de junho de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.197/2023

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Geovanna Carvalho Dias, matrícula 16817, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar - SP-13, do Gabinete da Deputada Professora **Janad Valcari**, retroativamente ao dia 14 de junho de 2023.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de junho de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.198/2023

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 08 de maio de 2019, e com fulcro no art. 40, § 19, da Constituição Federal e art. 47 da Lei nº 1.614, de 4 de outubro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Abono de Permanência à servidora efetiva **Vanda Alves de Alencar**, Agente Legislativo, matrícula nº 464, retroativamente ao período em que foram cumpridos os requisitos exigidos para obtenção de aposentadoria, com base na Informação Técnica da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 24/25, do Processo nº 2023.42.200581PA - IGEPREV, ou seja, a partir de 21 de maio de 2021, bem como nos termos do Parecer Jurídico nº 105/2023- PGA/AL-TO, às fls. 27/37, constante dos Autos do Processo em epígrafe.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de junho de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.199/2023

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 08 de maio de 2019, e com fulcro no art. 40, § 19, da Constituição Federal e art. 47 da Lei nº 1.614, de 4 de outubro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Abono de Permanência ao servidor efetivo **Antônio Fernandes Filho**, Agente Legislativo, matrícula nº 198, retroativamente ao período em que foram cumpridos os requisitos exigidos para obtenção de aposentadoria, com base na Informação Técnica da Gerência de Concessão e Revisão de Benefícios, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, às fls. 50/51, do Processo nº 2023.42.100139PA - IGEPREV, ou seja, a partir de 18 de outubro de 2022, bem como nos termos do Parecer Jurídico nº 107/2023- PGA/AL-TO, às fls. 53/63, constante dos Autos do Processo em epígrafe.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de junho de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

PORTARIA Nº 021/2023 - P

“Dispõe sobre a Declaração de Dispensa de Licitação em atendimento aos interesses da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.”

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução Nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução Nº 319 de 30 de abril de 2015, e ainda com fulcro na Lei Federal Nº 14.133/2021.

Considerando que o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/20 combinado com o Decreto Nº 11.317 de 29 de Dezembro de 2022, dispõe sobre o casos de dispensabilidade de licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), nos casos especificados nessa legislação, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Considerando o disposto na Solicitação de Material e Serviços - SMS (fls. 03) dos autos, pela qual a Diretoria de Compras, material e patrimônio em que solicita a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças de elevadores com a finalidade de atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, autorizado pelo Ordenador de Despesas desta Casa de Leis;

Considerando o disposto no Despacho de Justificativa de Dispensa de Licitação (fls. 40/44) da Diretoria de Compras, Material e Patrimônio, que motiva a necessidade da contratação direta da empresa “EMPRESA BRASILEIRA DE ELEVADORES LTDA”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.982.490/0001-74, pelas razões elencadas da mesma;

Considerando, que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem, tampouco, caracteriza uma livre atuação da administração. Quando em verdade há um procedimento administrativo de Dispensa de Licitação que antecede a contratação, possibilitando também tratamento igualitário a todos quando da realização da pesquisa de preço no mercado através de orçamentos, conforme fora realizado previamente pela Diretoria de Compras, Material e Patrimônio - DICOMP;

Considerando o parecer Jurídico Nº 109/2023-GAB-PGA/PJA/AL-TO, fls. 55 a 62, lavrado pelo Procurador Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa citada, com fundamento no artigo 75-II, da Lei Federal Nº 14.133/2021;

Considerando, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da EMPRESA BRASILEIRA DE ELEVADORES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ 23.982.490/0001-74, não foi contingencial. Prende-se ao fato de ter sido ela a que possui o menor preço dentre aquelas pesquisadas para manutenção de elevadores é compatível com os praticados no mercado.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar dispensado o Processo Licitatório para a Contratação da EMPRESA BRASILEIRA DE ELEVADORES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ 23.982.490/0001-74, no valor de R\$ 39.600,00 (Trinta e Nove Mil e Seiscentos Reais) através do PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2023, visando o atendimento das necessidades da Diretoria de Serviços Administrativos - DISAD.

Art. 2º Os encargos deste ato correrão por conta da dotação orçamentária do Programa de Trabalho 01.031.1141.2183 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais, Natureza 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Unidade Orçamentária 01010 - Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias mês de junho de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**

Presidente

PORTARIA Nº 023/2023 - P

“Dispõe sobre a Declaração de Inexigibilidade de Licitação em atendimento aos interesses da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.”

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução Nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução Nº 319. De 30 de abril de 2015, e ainda com fulcro na Lei Federal Nº 14.133/2021.

Considerando que o artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 regulamentada pelo Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, dispõe sobre o casos de inexigibilidade de licitação, onde é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Considerando o disposto na Solicitação de Material e Serviços (fl. 02) dos autos, pela qual a Diretora de Relações Públicas, Cerimonial e Eventos - DIREP, solicita a contratação de apresentação cultural para atender a Abertura Oficial da Assembleia Geral Ordinária da União de Parlamentares Sul Americanos e do MERCOSUL - UPM, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, autorizado pelo Ordenador de Despesas desta Casa de Leis;

Considerando o disposto no Despacho justificativa, (fls. 54/56), da Diretoria de Área Administrativa - DIRAD, que motiva a necessidade da contratação direta do artista DIOMAR NAVES,

apresentado pela empresa VEROS AMBIENTAL - SOCIEDADE AMBIENTAL CULTURAL E EDUCACIONAL, devidamente inscrita no CNPJ 06.341.285/0001-00, pelas razões elencadas da mesma;

Considerando que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem tampouco, caracteriza uma livre atuação da administração. Quando em verdade há um procedimento administrativo de inexigibilidade de licitação que antecede a contratação, que mesmo sendo inviável a competição, que é necessário a observância de determinados requisitos legais, do qual deverá ser fundamentado e comprovado em um processo de inexigibilidade. Que após a apuração dos fatos, em relação a escolha do artista, observa-se que DIOMAR NAVES é conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente aceitação popular, o que atesta a consagração do artista pelo público local e regional, mediante a juntada de noticiários da mídia especializada (fls. 26-47 dos autos);

Considerando ainda, o parecer Jurídico Nº 00106/2023-GA-B-PGA/PJA/AL-TO, (fls. 47 a 57), lavrado pelo Procurador Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa citada, com fundamento no artigo 72-III, da Lei Federal Nº 14.133/2021;

Considerando, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha do artista DIOMAR NAVES, através da empresa VEROS AMBIENTAL - SOCIEDADE AMBIENTAL CULTURAL E EDUCACIONAL, devidamente inscrita no CNPJ 06.341.285/0001-00, não foi contingencial. Prende-se ao fato de que a proposta apresentada pelo artista (fl 05) está dentro dos valores praticados, como se pode observar nas nota fiscais que atestam contratos celebrados pelo profissional com a administração pública conforme planilha (fl 11) acostado nos autos, bem como, atendeu aos requisitos técnicos, exigidos pela Diretora de Relações Públicas, Cerimonial e Eventos - DIREP.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar inexigível o Processo Licitatório para a Contratação da Empresa VEROS AMBIENTAL - SOCIEDADE AMBIENTAL CULTURAL E EDUCACIONAL, devidamente inscrita no 06.341.285/0001-00, através do PROCESSO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0179/2023, visando o atendimento das necessidades da Diretora de Relações Públicas, Cerimonial e Eventos - DIREP, no valor R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 2º Os encargos deste ato correrão por conta da dotação orçamentária do Programa de Trabalho 01.031.1141.2183 - Co-ordenação e manutenção dos Serviços administrativos, Natureza 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, Fonte: 500- Recursos não vinculados de impostos, Unidade Orçamentária 01010 - Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias mês de junho de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

PORTARIA Nº 24/2023 - P

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução Nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução Nº 319 de 30 de abril de 2015, e ainda com fulcro na Lei Federal Nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR sem efeito a Portaria nº 20-P, publicada no Diário da Assembleia nº 3572 de 29 de maio de 2023, que dispensou da licitação por inexigibilidade, a contratação da empresa DORIVAN BORGES DA SILVA MEI, inscrita no CNPJ nº 12.268.721/0001-66.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias mês de junho de 2023.

Deputado **AMÉLIO CAYRES**
Presidente

PORTARIA Nº 647/2023 - DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, e com fulcro no art. 89 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

CONSIDERANDO a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 6867/2023/ DIJMO, Processo nº 190/2023,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à servidora **Marilete Lopes Ribeiro**, matrícula nº 458, a partir de 25/05/2023 até a data de publicação da Aposentadoria por Invalidez da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de junho de 2023.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 648/2023 - DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, e com fulcro no art. 96 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 6931/2023, Processo nº 184/2023,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Maternidade à servidora **DHEBORA DA SILVA TOLEDO**, matrícula nº 14832, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, no período de 25/05/2023 a 21/09/2023.

Art. 2º PRORROGAR a Licença Maternidade pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 22/09/2023 a 20/11/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de junho de 2023.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 649/2023 - DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e considerando a Portaria CCI nº 1.058-CSS, de 13 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial nº 6347 e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica nº 11, de 11 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR o servidor abaixo identificado, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 14 de junho a 31 de dezembro de 2023:

LUIZ MELCHIADES GOMES SOBRINHO, matrícula nº 1235290-4, Repórter Fotográfico, na Diretoria de Área de Comunicação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de junho de 2023.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 650/2023 - DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e considerando a Portaria CCI nº 1.059 - RVG, de 13 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial nº 6347,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 291//2023-DG, que lotou na Diretoria Técnica Legislativa - DITEL, a servidora

NÚBIA DIAS GOMES BATISTA, Auxiliar Administrativa, matrícula nº 383676-3, integrante do quadro de pessoal da Secretaria da Cidadania e Justiça, a partir de 14 de junho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de junho de 2023.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 651/2023 - DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e considerando a Portaria CCI nº 1.060 - RVG, de 13 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial nº 6347,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 077//2023-DG, que lotou no Gabinete do Deputado **Ivory de Lira** o servidor **JESSÉ ALVES DO NASCIMENTO**, matrícula nº 561487-3, Técnico em Contabilidade, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, a partir de 14 de junho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de junho de 2023.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 653/2023 - DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 18 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no art. 37 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Processo Nº: 300/2019

Contrato Nº: 0132/2022

Contratada: ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A

Objeto do Contrato: Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada na Prestação de serviços das soluções: a) Orientação por escrito em Licitações e Contratos, com o limite de 6 (seis) consultas anuais; e b) 5 (cinco) acessos anuais ao sistema web Zênite Fácil.

Fiscal do Contrato: **FRANCISCO CARVALHO COELHO**
Matrícula: 803

Substituto do Contrato: **WALDIR DEMETRIOS DA COSTA JUNIOR**
Matrícula: 735

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Diretoria Administrativa sobre tais eventos;

III - Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório a Diretoria Administrativa para ciência e apreciação das providências;

IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para as devidas providências;

VI - Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - O fiscal deve observar o que reza o Termo de Contrato, principalmente em relação ao prazo previsto;

XI - Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 638/2023 - DG, de 06 de junho de 2023, publicada no Diário da Assembleia nº 3580 (páginas 5 e 6), no dia 12 de junho de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de junho de 2023.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 654/2023-DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e, considerando a Portaria nº 761, de 31 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial/GO nº 24.051, Suplemento,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 632/2023-DG, de 02/06/2023, na parte que mantém o servidor **JOSIVAN BEZERRA DA COSTA**, Assistente de Gestão- QT - PCR-CLT - 17.098 - CAIXEGO, lotado no Gabinete do Deputado **Gutierrez Torquato**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de junho de 2023.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 655/2023 - DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e considerando a Portaria CCI nº 1.042 - CSS, de 7 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial nº 6345,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR o servidor abaixo identificado, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 9 de junho a 31 de dezembro de 2023:

SID-NEY DIAS DE MENEZES, matrícula 1273957-1, Motorista, no Gabinete da Deputada Professora **Janad Valcari**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 9 de junho de 2023.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de junho de 2023.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 660/2023 - DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e,

Considerando o disposto no Art. 86, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, e na Portaria nº 001- P, de 13 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a fruição das férias legais, dos servidores abaixo indicados:

Mat	Servidor	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
			Período de Gozo	Alterada para
15903	Jansen Mirelly Torres Cruz	01/04/2022 a 31/03/2023	01/12/2023 a 30/12/2023	03/07/2023 a 01/08/2023
807	Raphael Gomes Lobão da Silva	31/08/2021 a 30/08/2022	01/12/2023 a 15/12/2023	13/11/2023 a 27/11/2023
15014	Rubens Pereira Brito	18/04/2022 a 17/04/2023	03/07/2023 a 01/08/2023	17/07/2023 a 31/07/2023
171	Wandeir Miranda de Carvalho	09/09/2021 a 11/07/2023	06/11/2023 a 05/12/2023	18/12/2023 a 16/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de junho de 2023.

IRISFRAN DE SOUSA PEREIRA
Diretor-Geral

Diretoria Administrativa

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 103/2019

Em cumprimento ao que preceitua o Art. 91 da Lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte Instrumento de Termo de Contrato de nº 103/2019.

TERMO DE CONTRATO: Nº 103/2019.

PROCESSO: Nº 090/2019.

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: DIFER ALIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ 03.955.560/0001-98.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a Cláusula DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA VINCULAÇÃO, constante do Contrato Nº 103/2019.

VALOR DO CONTRATO: O valor estimado da contratação para o período, será de R\$ 131.117,86 (Cento e trinta e um mil, cento e dezessete reais e oitenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: A vigência prevista na Cláusula DÉCIMA TERCEIRA do Contrato Nº 0103/2019, fica prorrogada por mais 60 (sessenta) dias, com início em 17/06/2022 a 16/08/2023. Perfazendo, ao final da nova vigência um total de 50 (cinquenta) meses dos 60 (sessenta) meses previstos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas resultante deste aditivo ocorrerão à conta da AL/TO, na seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 10100 - Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins;

Programa de Trabalho: 01.031.1141.2183 - Coordenadoria e manutenção dos serviços administrativos gerais;

Elemento da Despesa: 3.3.90.39. Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica.

DATA DA ASSINATURA: Palmas/TO, 14 de junho de 2023.

SIGNATÁRIOS: Deputado Amélio Cayres - Presidente AL/TO.
Fernando Mathias Simon - Representante da Empresa DIFER ALIMENTAÇÃO LTDA.

DEPUTADOS DA 10ª LEGISLATURA

ALDAIR COSTA GIPÃO (PL)
AMÉLIO CAYRES (Republicanos)
CLAUDIA LELIS (PV)
CLEITON CARDOSO (Republicanos)
EDUARDO DO DERTINS (Cidadania)
EDUARDO FORTES (PSD)
EDUARDO MANTOAN (PSDB)
FABION GOMES (PL)
GUTIERRES TORQUATO (PDT)
IVORY DE LIRA (PCdoB)
JAIR FARIAS (UB)
JORGE FREDERICO (Republicanos)

LÉO BARBOSA (Republicanos)
LUCIANO OLIVEIRA (PSD)
MARCUS MARCELO (PL)
MOISEMAR MARINHO (PSB)
NILTON FRANCO (Republicanos)
OLYNTHO NETO (Republicanos)
Professora JANAD VALCARI (PL)
Professor JÚNIOR GEO (PSC)
VALDEMAR JÚNIOR (Republicanos)
VANDA MONTEIRO (UB)
VILMAR DE OLIVEIRA (SD)
WISTON GOMES (PSD)